

Nota explicativa que acompanha a proposta de revisão específica do RGIC

A presente nota visa esclarecer o objetivo e o âmbito de aplicação da proposta de revisão do Regulamento Geral de Isenção por Categoria («RGIC») que acompanha o próximo Quadro Financeiro Plurianual («QFP»). A nota acompanha a primeira consulta pública sobre a presente proposta relativa ao RGIC.

Os financiamentos públicos que preenchem as condições aplicáveis aos auxílios estatais definidas no artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE») devem, em geral, ser notificados à Comissão e aprovados antes da sua aplicação. Os princípios subjacentes às regras da UE em matéria de auxílios estatais visam garantir que as despesas públicas não dão origem a uma concorrência desleal para as empresas que operam no mercado interno da UE. Mais especificamente, estes princípios permitem garantir que o dinheiro público não substitui o investimento privado, serve objetivos políticos gerais e não excede os montantes necessários para atingir esses objetivos. Os Estados-Membros só não são obrigados a notificar os auxílios estatais à Comissão nos casos em que as distorções da concorrência são consideradas limitadas, se o auxílio em questão preencher todos os critérios pertinentes previstos no RGIC.

As alterações objeto da presente consulta pública visam alterar o RGIC de forma direcionada, a fim de garantir que estes princípios sejam aplicados da forma mais simples e eficaz possível para facilitar a conjugação de financiamentos nacionais e de financiamentos provenientes do orçamento da UE.

Mais concretamente, a proposta consiste na revisão do RGIC em três domínios, a fim de permitir que os Estados-Membros apliquem sem notificação prévia as seguintes medidas de auxílio estatal:

- Financiamentos nacionais incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU;
- Projetos de investigação, desenvolvimento e inovação («I&D&I») que tenham recebido um Selo de Excelência ao abrigo do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa, bem como projetos de cofinanciamento e ações de associação de equipas ao abrigo do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa;
- Projetos de cooperação territorial europeia («CTE»).

Esta iniciativa baseia-se, em grande medida, nos elementos de prova e nos dados recolhidos no âmbito das propostas da Comissão relativas aos atos legislativos acima referidos, em conjugação com a experiência de mercado da Comissão e com a experiência decorrente da sua prática decisória. Dada a sua natureza de medida de acompanhamento, com uma margem de discricionariedade limitada no que respeita às opções independentes em matéria de política ou de conceção dos parâmetros, não foi considerado necessário realizar uma avaliação de impacto separada para esta iniciativa.

O anexo I contém mais pormenores sobre a metodologia adotada.

Fundo InvestEU

1. Contexto

O objetivo do Fundo InvestEU consiste em prestar uma garantia da UE que permita apoiar as operações de financiamento e investimento destinadas a suprir deficiências específicas do mercado e a mobilizar investimentos públicos e privados adicionais em apoio das políticas internas da União. Os Estados-Membros terão a possibilidade de contribuir com os seus recursos para a garantia da UE no âmbito da componente reservada aos Estados-Membros e/ou de financiar produtos financeiros através de bancos de fomento nacionais ou de outras instituições financeiras públicas com o apoio do Fundo InvestEU.

Uma vez que os fundos nacionais (incluindo os provenientes de fundos estruturais e de investimento europeus) podem constituir auxílios estatais na aceção do artigo 107.º, n.º 1, do TFUE, a proposta visa melhorar a interação entre o Fundo InvestEU e as regras em matéria de auxílios estatais. Esta alteração deverá facilitar a mobilização de recursos dos Estados-Membros para financiar os investimentos direcionados ao abrigo do Fundo InvestEU, assegurando, ao mesmo tempo, que as potenciais distorções da concorrência são reduzidas ao mínimo.

Por conseguinte, o objetivo da revisão proposta é alterar novamente o conjunto de regras em matéria de auxílios estatais e declarar os auxílios estatais incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU compatíveis com o mercado interno em determinadas condições limitadas, o que, por sua vez, dispensa os Estados-Membros da obrigação de notificação prévia à Comissão.

Com a presente consulta pública, a Comissão procura obter opiniões sobre a conceção das disposições propostas. Um elemento crucial da consulta pública e das opiniões que a Comissão visa obter consiste em recolher dados e informações sobre as transações previstas no âmbito do Fundo InvestEU, bem como sobre a questão de saber se, e de que forma, essas transações serão abrangidas pela proposta, na medida em que impliquem auxílios estatais.

2. Quando se aplicam as disposições do RGIC relativas ao InvestEU?

As disposições do RGIC relativas ao InvestEU aplicam-se apenas a situações que impliquem auxílios estatais na aceção do artigo 107.º, n.º 1, do TFUE (ver também o gráfico no anexo II). Para que assim seja, têm de se encontrar preenchidos, cumulativamente, os seguintes critérios¹:

- O apoio é financiado através de recursos dos Estados-Membros e é imputável a um Estado-Membro. Só assim é se o Estado-Membro em causa dispuser de um poder discricionário quanto à utilização dos recursos em causa. No contexto do InvestEU, podem existir imputabilidade e recursos estatais nas seguintes situações:
 - o Quando os bancos de fomento nacionais são parceiros de execução e/ou intermediários financeiros no âmbito da componente da UE ou dos Estados-Membros do InvestEU;

¹ Estes critérios encontram-se especificados na Comunicação da Comissão sobre a noção de auxílio estatal nos termos do artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52016XC0719\(05\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52016XC0719(05)&from=EN)

- No caso da garantia da UE no âmbito da componente reservada aos Estados-Membros, uma vez que a garantia da UE é apoiada pelos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus².
- O apoio proporciona uma vantagem (ou seja, não é conforme com o mercado) e é seletivo (ou seja, apenas está disponível para determinados beneficiários);
- O apoio é prestado a atividades económicas (exclui, por exemplo, a educação pública);
- O apoio falseia ou ameaça falsear a concorrência e afeta as trocas comerciais entre os Estados-Membros.

Nas situações em que pelo menos um dos critérios cumulativos acima referidos não esteja preenchido, o financiamento não constitui um auxílio estatal e, por conseguinte, não são aplicáveis as disposições do RGIC relativas ao InvestEU.

A Comissão tenciona fornecer orientações para os cenários habituais apoiados pelo Fundo InvestEU no que diz respeito à qualificação do auxílio e, mais especificamente, à imputabilidade aos Estados-Membros dos recursos públicos disponibilizados pelos Estados-Membros ou pelos bancos de fomento nacionais para efeitos de investimento num produto financeiro temático (por exemplo, infraestruturas de banda larga). Tais orientações centrar-se-ão, nomeadamente, no papel, na seleção e na independência do gestor de investimentos, na estrutura de governação e noutros elementos pertinentes.

3. Proposta do RGIC relativa ao InvestEU

A proposta do RGIC relativa ao InvestEU abrange dois cenários:

- O **primeiro cenário (geral)** estabelece um conjunto limitado de **critérios de elegibilidade e de exclusão para os beneficiários finais, bem como montantes máximos de financiamento**. Os parceiros de execução, tais como os bancos de fomento nacionais, podem conceder financiamento direto a projetos como, por exemplo, projetos de infraestruturas.
- O **segundo cenário** aplicar-se-á aos produtos financeiros que apoiem financiamentos de montantes mais baixos (geralmente até 6 milhões de EUR por destinatário final), fornecidos aos beneficiários finais por intermediários financeiros **comerciais**, que devem conservar uma parte da exposição ao risco. **Não** haverá limitações («**critérios de elegibilidade**») **para os beneficiários finais no âmbito deste cenário, exceto** no que respeita à exclusão de grandes empresas em dificuldades financeiras. Neste cenário, os bancos de fomento nacionais poderão mobilizar os sucessores do programa COSME ou os produtos financeiros InnovFin através de intermediários financeiros comerciais.

Para dar resposta a estes dois cenários, a proposta de RGIC, para além de algumas alterações às disposições horizontais do capítulo I, tais como as definições ou, se for caso disso, às isenções específicas de certas condições horizontais do RGIC para auxílios relacionados com o InvestEU, adita uma nova secção 16 ao RGIC. Esta nova secção inclui três novos artigos: o

² Os fundos nacionais não constituem um auxílio estatal se os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento contribuírem para a componente de garantia orçamental InvestEU sem que os Estados-Membros disponham de qualquer poder discricionário e sem outras condições para além da afetação geográfica inerente aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

artigo 56.º-D, que define o âmbito de aplicação da secção e as condições comuns de compatibilidade aplicáveis aos auxílios em qualquer dos dois cenários, o artigo 56.º-E (primeiro cenário geral) e o artigo 56.º-F (segundo cenário).

I&D&I

No âmbito do próximo QFP, o apoio à I&D&I desempenhará um papel importante através do programa Horizonte Europa. A proposta de alteração do RGIC acompanhará o programa Horizonte Europa (ou, antes disso, o Horizonte 2020), facilitando o modo como o financiamento gerido a nível central do Horizonte Europa pode ser conjugado com um financiamento nacional ou, no caso de projetos que tenham recebido um Selo de Excelência, substituído por um tal financiamento. Na sequência de um levantamento pormenorizado dos diferentes conjuntos de regras, a alteração harmoniza alguns aspetos das regras em matéria de auxílios estatais, por um lado, com o Horizonte Europa, por outro. Tal harmonização evitará que eventuais discrepâncias causem atrasos ou dificuldades na implantação do financiamento da I&D&I no âmbito do próximo QFP.

Mais concretamente, o projeto de RGIC objeto da presente consulta pública prevê isenções à obrigação de notificação e à obrigação de realizar, a nível nacional, uma avaliação da qualidade de um projeto de I&D&I já apreciado ao abrigo das regras do Horizonte nos seguintes domínios:

- Auxílios às PME para projetos de investigação e desenvolvimento, bem como para ações Marie Skłodowska-Curie às quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência ao abrigo do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa. (Artigo 25.º-A)
- Auxílios concedidos a projetos cofinanciados que tenham sido avaliados de forma independente e selecionados na sequência de convites à apresentação de propostas transnacionais ao abrigo do programa Horizonte Europa. (Artigo 25.º-B)
- Auxílios concedidos a ações de associação de equipas que tenham sido avaliadas de forma independente e selecionadas na sequência de convites à apresentação de propostas transnacionais ao abrigo do programa Horizonte Europa. Tal inclui a possibilidade de conceder auxílios estatais para investimentos em infraestruturas relacionadas com o projeto no âmbito dessas ações de associação de equipas. (Artigo 25.º-B)

Cooperação Territorial Europeia

A promoção de projetos de cooperação territorial europeia (CTE) tem sido, desde há muitos anos, uma prioridade importante na política de coesão da UE. Ao abrigo das regras em matéria de auxílios estatais, já existe uma isenção por categoria para os auxílios concedidos no âmbito de tais projetos de CTE. Tendo em conta a experiência adquirida neste domínio, o projeto de RGIC objeto da presente consulta pública propõe que as possibilidades de concessão de auxílios a projetos de CTE sejam alargadas de duas formas:

- A atual isenção por categoria, que se limita aos auxílios concedidos às PME, é alargada de forma a permitir a concessão de auxílios a grandes empresas sem notificação prévia. (Artigo 20.º)

- Além disso, o RGIC prevê uma isenção por categoria simplificada para montantes de auxílio muito reduzidos concedidos a projetos de CTE (até 20 000 EUR por empresa e por projeto). (Artigo 20.º-A)

ANEXO I: Contexto das condições de elegibilidade/compatibilidade, das intensidades de auxílio e dos limiares de notificação

As condições propostas, no que se refere à elegibilidade e à compatibilidade, bem como às intensidades de auxílio e aos limiares de notificação, são concebidas com base nas condições já aplicáveis às categorias correspondentes de auxílios estatais no atual RGIC.

As condições de compatibilidade ao abrigo da atual revisão específica são complementares dos programas de financiamento pertinentes da UE, na medida em que as garantias já incluídas nesses programas e cuja conformidade é assegurada pela participação da Comissão na gestão desses programas podem ser invocadas para assegurar a compatibilidade de qualquer auxílio estatal incluído no financiamento e, por conseguinte, não têm de ser reproduzidas no RGIC.

Quanto ao nível das intensidades de auxílio e dos limiares incluídos na presente proposta de revisão do texto, baseiam-se, tal como outros critérios de compatibilidade, nas atuais regras do RGIC. Tendo em conta que a proposta de revisão do texto é uma medida de acompanhamento, e para assegurar, tanto quanto possível, a harmonização, o nível das intensidades de auxílio toma em consideração a taxa de financiamento aplicável prevista no programa de financiamento pertinente da UE. Para os domínios em que os programas de financiamento pertinentes da UE não preveem taxas de financiamento específicas, os limiares propostos no texto revisto baseiam-se, como ponto de partida, nas atuais regras do RGIC e, quando for caso disso, são ajustados tendo em conta os objetivos políticos subjacentes do programa da UE gerido a nível central.

InvestUE

No que diz respeito às alterações ao conjunto de regras em matéria de auxílios estatais relativas ao InvestEU, a Comissão teve em conta o facto de o InvestEU se basear em garantias pertinentes para a política de concorrência, que já estão integradas nas regras relativas ao Fundo InvestEU (objetivos da UE, adicionalidade e deficiências do mercado, limitação da exclusão dos operadores privados). Além disso, a Comissão aprovará os acordos de conceção de produtos e de garantias. Tendo em conta estas garantias, tanto no que respeita ao fundo como ao processo, a Comissão considera que só são necessárias condições de compatibilidade que complementem o quadro InvestEU e que sejam proporcionais ao nível potencial de distorção da concorrência. Como tal, no âmbito das alterações do RGIC relacionadas com o InvestEU, não é necessário, por exemplo, quantificar o elemento de auxílio do financiamento público recebido, e os potenciais auxílios residuais a favor dos vários intervenientes envolvidos (como o nível dos intermediários financeiros) podem também ser declarados compatíveis com o mercado interno.

No que se refere aos limiares pertinentes, a Comissão teve em conta o facto de, no âmbito do InvestEU, os financiamentos serem concedidos através de instrumentos financeiros e não de subvenções. Contrariamente às subvenções, em que o montante total do financiamento recebido constitui, normalmente, um auxílio estatal, no contexto dos instrumentos financeiros utilizados no âmbito do InvestEU, apenas uma parte do financiamento concedido aos

beneficiários finais constitui um auxílio estatal, não sendo necessário quantificar o elemento de auxílio. Como tal, não seria adequado utilizar os limiares existentes ao abrigo do RGIC, que se baseiam em subvenções ou num equivalente-subvenção bruto (que exigem a quantificação do auxílio). Os limiares pertinentes aplicáveis ao financiamento no âmbito do InvestEU têm em conta este facto, através da aplicação de um fator multiplicador aos limiares estabelecidos para as categorias de auxílio relevantes ao abrigo do atual RGIC.

I&D&I

O atual RGIC já prevê isenções por categoria para os auxílios no domínio da I&D&I. A proposta atual prevê algumas adaptações às regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis neste domínio para situações em que os auxílios estatais se conjugam com fundos geridos a nível central no âmbito do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa, o que é possível devido à conceção das regras pertinentes no âmbito do Horizonte 2020 e do programa Horizonte Europa e à participação da Comissão na avaliação e na seleção dos projetos. Deste modo, garante-se que as potenciais distorções da concorrência são limitadas e que no RGIC só são necessárias algumas regras complementares para estes projetos.

Tendo em conta o que precede, as intensidades de auxílio propostas, por exemplo, para os projetos aos quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência ao abrigo do novo artigo 25.º-A, são fixadas a um nível máximo de 100 % para a investigação fundamental e industrial e de 70 % para o desenvolvimento experimental, o que equivale às taxas de financiamento correspondentes estabelecidas no âmbito do programa Horizonte Europa.

No que se refere aos investimentos em infraestruturas no âmbito das ações de associação de equipas, relativamente aos quais o Horizonte 2020 e o programa Horizonte Europa não preveem taxas de financiamento específicas, o texto revisto propõe que o auxílio não possa exceder 70 % dos custos de investimento. Esta intensidade de auxílio proposta baseia-se na intensidade máxima de auxílio atual de 50 % para os auxílios ao investimento a favor de infraestruturas de investigação previstos no artigo 26.º do atual RGIC, mas tem em conta que a lógica subjacente às ações de associação de equipas se inspira na política de coesão.

CTE

O atual RGIC já prevê igualmente uma isenção por categoria para os projetos de CTE. No entanto, esta isenção por categoria está limitada às PME. A experiência adquirida pela Comissão nos últimos anos no que respeita aos projetos de CTE permite alargar o âmbito de aplicação desta isenção por categoria também às grandes empresas, sem que existam riscos significativos de que aumentem as distorções da concorrência. Além disso, a proposta prevê uma isenção por categoria para os montantes de auxílio muito reduzidos no âmbito de projetos de CTE. No passado, foram prestados financiamentos desse tipo sob a forma de auxílios *de minimis*. No entanto, especialmente nos projetos de CTE com um grande número de beneficiários que recebem montantes de financiamento muito reduzidos, a garantia do cumprimento das condições previstas no Regulamento *de minimis* pode, por vezes, ser desproporcionada em relação aos riscos potenciais de distorção da concorrência. Como tal, e

dada a importância dos projetos de CTE para a política de coesão da UE e os riscos muito limitados de distorção da concorrência, a nova isenção por categoria prevê uma simplificação para esses montantes de auxílio reduzidos que, ao abrigo da proposta, beneficiam de uma isenção por categoria sem que seja necessário preencher outras condições.

ANNEX: Applicability proposal InvestEU GBER for state resources combined with the InvestEU Fund

